



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital

Representação nº. 43.0739.0003380/2019-1.

Tema: Patrimônio Histórico/Cultural.

Representante – Sigilo.

Informações Complementares: “Eventuais danos ao patrimônio público de interesse histórico, com a remodelação e redescorção do Palácio dos Bandeirantes, com descaracterização de móveis de madeira de lei, pisos e adornos, que foram pintados com tinta preta, inclusive brasões do Estado de São Paulo. Também há a notícia de que o Governador do Estado de São Paulo pretende alugar áreas do Palácio dos Bandeirantes para a realização de eventos privados”.

### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL**

Cuida-se de representação feita por particular (sigilo), solicitando providências com relação a eventuais danos ao patrimônio público parcialmente tombado (Resolução 06/2016-CONPRESP), com a remodelação e redescorção do Palácio dos Bandeirantes, com descaracterização



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

de móveis de madeira de lei, pisos e adornos, que foram pintados com tinta preta, inclusive brasões do Estado de São Paulo.

Foi informado pelo denunciante que em data recente o Governador do Estado de São Paulo efetuou a redecoração do Palácio dos Bandeirantes, causando danos ao patrimônio público e a bens de valor histórico. Afirmou que móveis de madeira de lei, adornos antigos e brasões foram descaracterizados com pinturas.

CONSIDERANDO que o inventário é instrumento de defesa do patrimônio cultural brasileiro, de bens materiais e imateriais, em que se descreve e se identifica de maneira pormenorizada o bem (artigo 216, parágrafo 1º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a construção do Palácio dos Bandeirantes trouxe inúmeras inovações arquitetônicas trazidas da Europa e que a maioria dos materiais e mobiliário tem enorme valor histórico e artístico, além dos bens que o guarnecem serem provenientes de Veneza (espelhos), de Sévres-Paris (maçanetas de porcelana), terracotas da Itália, dos Estados Unidos (fechaduras e dobradiças) e outras localidades;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225, § 1º, inciso V, da Constituição Federal, visando a assegurar a efetividade do direito



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

CONSIDERANDO que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (Artigo 216 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Art. 1º, Dec. Lei nº 25/37);

CONSIDERANDO que constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem as formas de expressão e as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (Art. 260, inc. I e II, da Constituição do Estado de São Paulo);



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (artigo 216, § 1º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público do Estado de São Paulo a instauração de inquérito civil e a promoção de ação civil pública para impedir a violação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, afastando medidas dissonantes com o sistema jurídico vigente;

CONSIDERANDO que o tombamento não constitui, mas apenas declara a importância cultural de determinado bem, motivo pelo qual mesmo coisas não tombadas podem ser tuteladas em ação civil pública (artigo 506 do Manual de Atuação Funcional);

CONSIDERANDO que deve o Promotor de Justiça instaurar inquérito civil ou procedimento preparatório de inquérito civil diante de notícia de lesão a bem componente do patrimônio cultural e adotar as medidas necessárias para sua integral reparação ou, de forma subsidiária, indenização (artigo 511, do Manual de Atuação Funcional);



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante do exposto, instauro o presente Inquérito Civil, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; no artigo 97, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo; no artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n.º. 8.625/93, no artigo 103, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual n.º. 734, de 06 de novembro de 1993, e no artigo 11, do ATO NORMATIVO n.º. 484-CPJ, de 05 de outubro de 2006, para a devida apuração dos fatos descritos e documentados no procedimento anexo.

Assim, DETERMINO:

1. Registrar e autuar esta Portaria, de acordo com as especificações acima mencionadas, com o procedimento que a acompanha, o qual passará a fazer parte integrante deste inquérito civil;

2. **Mantenha-se em sigilo os dados da representante e a comunique da instauração do presente inquérito civil. Anexar cópia da portaria (artigo 19, inciso IV do Ato Normativo n.º 484-CPJ, de 05 de outubro de 2006);**

3. Proceder às comunicações necessárias nos termos do Ato Normativo n.º 484/06 CPJ, inclusive ao *CAO Cível*, consoante o artigo 127 do referido diploma infralegal, via *SIS-MP*;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

4. Designo, para secretariar os trabalhos, a Oficial de Promotoria lotada nesta 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;

5. Com cópia da Portaria inaugural, oficiar ao Sr. Governador do Estado de São Paulo, através do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, solicitando-se informações em 30 (trinta) dias sobre quais foram as reformas ou ações de redecoração, feitas no Palácio dos Bandeirantes, bem parcialmente tombado pela Resolução 06/2016-CONPRESP, que teriam causado danos ao patrimônio público com relevante valor histórico. Deve também ser informado se essas ações de remodelação foram autorizadas pelos órgãos preservacionistas e se existe a intenção do Governo do Estado de alugar áreas do Palácio dos Bandeirantes para a realização de eventos privados. Por fim, solicite-se cópia integral (CD) do “Processo Administrativo nº 2004-0.297.171-6”;

6. Com cópia da Portaria inaugura, oficiar ao “CONDEPHAAT”, com o prazo de 30 (trinta) dias para a resposta, solicitando-se informações sobre eventual tombamento do Palácio dos Bandeirantes. Caso positiva a resposta, deve ser informado se o Conselho teve conhecimento das obras de remodelação e redecoração do Palácio dos Bandeirantes, com descaraterização de móveis de madeira de lei, pisos, adornos e brasões com relevante valor histórico e artístico, que foram pintados com tinta preta. Solicite-se mais, informações sobre a eventual necessidade de consulta aos órgãos preservacionistas quando há a intenção do Governo do Estado de realizar intervenções em bens de valor histórico e



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

cultural, ou mesmo, de alugar áreas, como do Palácio dos Bandeirantes, para a realização de eventos privados;

7. Com cópia da Postaria inaugural, oficiar ao “CONPRESP”, com o prazo de 30 (trinta) dias para a resposta, solicitando-se informações sobre eventual autorização do Conselho para a realização de obras de remodelação e redescorção do Palácio dos Bandeirantes, que teriam causado a descaracterização de móveis de madeira de lei, pisos e adornos, que foram pintados com tinta preta, inclusive brasões do Estado de São Paulo. Solicite-se mais, informações sobre a eventual necessidade de consulta ao Conselho Municipal quando há a intenção do Governo do Estado de realizar intervenções em bens de valor histórico e cultural, ou mesmo, de alugar áreas, como do Palácio dos Bandeirantes, para a realização de eventos privados. Por fim, considerando-se a importância histórica e artística dos bens existentes no interior do Palácio dos Bandeirantes, solicite-se informações sobre a existência de eventual inventário;

8. Com cópia da Postaria inaugural, oficiar ao “IPHAN”, com o prazo de 30 (trinta) dias para a resposta, solicitando-se informações sobre eventual tombamento do Palácio dos Bandeirantes. Caso positiva a resposta, se o Conselho de remodelação e redescorção do Palácio dos Bandeirantes, com descaracterização de móveis de madeira de lei, pisos e adornos, que foram pintados com tinta preta, inclusive brasões do Estado de São Paulo;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

9. Com cópia da Portaria inaugura e dos documentos que seguem em anexo, oficiar à Promotoria de Justiça de Patrimônio Público da Capital para análise e tomadas das medidas cabíveis com relação ao gasto de aproximadamente R\$ 2.000.00,00 (dois milhões de reais) em reformas e ações de redecoração desnecessárias, feitas pelo Governo do Estado de São Paulo no Palácio dos Bandeirantes, bem tombado (fachada) pela Resolução 06/2016-CONPRESP, o que teria causado danos ao patrimônio público.

Após, com a juntada das informações requisitadas, ou o escoamento dos prazos deferidos, abra-se nova conclusão para outras deliberações.

São Paulo, 04 de abril de 2019.

**Carlos Henrique Prestes Camargo**

1º P.J. do Meio Ambiente da Capital